

Artigos

INFÂNCIA E AUTISMO: ENTRE A SEGREGAÇÃO E A CONCENTRAÇÃO

Ana Laura Prates Pacheco*

Psicóloga (IPUSP), especialista, mestre e doutora (IPUSP), pós-doutora (UERJ), AME da EPFCL, membro fundador do FCL-SP, coordenadora da Rede de Pesquisa de Psicanálise e Infância do FCL-SP.

E-mail: analauraprates@terra.com.br

Resumo: Este artigo trabalha com a noção de infância generalizada proposta por Lacan em 1997, articulando-a à ideia de *segregação*. Articula a segregação com o discurso do mestre. Introduce a ideia de *concentração* como própria do discurso do mestre pervertido alinhado ao discurso universitário. Propõe-se que a categoria clínica “autista” opera uma hipérbole na série de paradoxos apresentados pelo binômio hipermoderno segregação/concentração. A resposta do psicanalista, portanto, não está nem do lado da segregação nem do lado da concentração, na medida em que faz valer um discurso que sustenta a singularidade e a diferença absoluta.

Palavras-chave: infância; segregação; concentração; autismo.

Abstract: This article works with the notion of generalized childhood, as proposed by Lacan in 1997, by linking it to the idea of *segregation*. Segregation is linked to the master’s discourse. The idea of *concentration* is introduced as inherent to the pervert master’s discourse aligned to the university discourse. It is proposed that the “autistic” clinical category operates a hyperbole in the series of paradoxes presented by the hypermodern binomial segregation/concentration. The psychoanalyst’s response, therefore, is neither on the side of segregation nor on the side of concentration, to the extent that it enforces a discourse that supports uniqueness and absolute difference.

Keywords: childhood; segregation; concentration; autism.

No ano de 1967, Maud Manonni organizou, juntamente com Ginette Rimbaud, uma jornada sobre as psicoses na infância. No encerramento dessa jornada, Lacan proferiu um discurso histórico, durante o qual faz uma afirmação surpreendente:

* Autora de *Feminilidade e experiência psicanalítica* (Hacker, 2001) e de *Da fantasia de infância ao infantil na fantasia* (Annablume, 2012), também publicado na Argentina pela Letra Viva.

“Não existe gente grande!” – ele diz. “Eis o que assinala a entrada de um mundo inteiro no caminho da segregação”. Afirmação que soa espantosa, às vésperas do ano de 1968, que para a França e o mundo representaria um libelo à liberdade e à ruptura com as antigas instituições, sobretudo nos âmbitos familiar e universitário. Vejamos o que nos diz a própria Manonni (2007) a respeito dessa jornada:

Winnicott – que não pudera ir para não se indispor com a IPA –, maliciosamente, enviou Laing e Cooper, que só podiam passar por provocadores para os analistas “burgueses” vindos da era vitoriana que ali estavam. O que foi inaudito é que durante esse congresso, Cooper estava meio bêbado e Laing meio drogado. Estavam ali, com todos os seus alunos, no meio dos analistas que estavam tão escandalizados que queriam interromper o congresso. Este foi salvo graças a Lacan. (...) Ele pronunciou ali um dos mais belos discursos, introduzindo este fato de que era preciso reconhecer a existência do louco e da criança em cada um de nós. É certo que, se não puder haver o louco e a criança em nós, isso faz analistas imóveis. (p. 167)

Esse foi, portanto, o contexto no qual Lacan – já tendo sido excomungado da IPA, já tendo fundado sua Escola, na qual tenta subverter a lógica da formação dos psicanalistas, e alguns dias após lançar sua proposição de 09 de outubro sobre o passe – profere o que, concordo, é um dos seus mais belos discursos, e por que não reconhecê-lo, um dos mais premonitórios do que viria a se tornar o mundo contemporâneo pós anos 1970. Não lhe parecia estranho – embora para muitos de nós até hoje pareça que ainda o seja – que se tivessem conjugado, naquela reunião, as questões referentes à criança, à psicose e à instituição (LACAN, 1967).

Para Lacan, a loucura “longe de ser a falha contingente das fragilidades do organismo é a virtualidade permanente de uma falha aberta na essência”.

Em parte alguma, portanto, evocar-se-ia com mais constância do que nesses três temas – a criança, a psicose e a instituição, a questão da liberdade. Lacan, entretanto, ousa perguntar se essa liberdade não traria em si o limite de seu engodo.

Esse seria, em sua previsão, o problema mais intenso de nossa época, “na medida em que ela foi a primeira a sentir o novo questionamento de todas as estruturas sociais pelo progresso da ciência” (LACAN, 1967, p. 360). É enfático ao afirmar que teríamos, daí pra frente, que lidar com uma segregação sem precedentes:

Os homens – ele afirma – estão enveredando por uma época que chamamos planetária, na qual se informarão por algo que surge da destruição de uma antiga ordem social que eu

simbolizaria pelo império, tal como sua sombra perfilou-se por muito tempo numa grande civilização, para ser substituída por algo bem diverso e que de modo algum tem o mesmo sentido – os imperialismos. (Ibid.)

Se substituirmos “época planetária” por globalização; “se informarão por algo” por internet;¹ “antiga ordem social” por discurso do mestre e “algo bem diverso” por discurso do capitalista, temos a seguinte afirmação: Na época da globalização, os homens se informarão pela internet, que surge da destruição do discurso do mestre antigo, para ser substituído pelo discurso do capitalista, ou seja, o do consumidor generalizado. E nessa nova ordem mundial, a questão central seria a seguinte: “como fazer para que massas humanas fadadas ao mesmo espaço, não apenas geográfico, mas também, ocasionalmente, familiar, se mantenham separadas?” (ibid., p 361).

A partir dessas novas bases discursivas, a série de questões éticas que se colocam são, sobretudo, aquelas que nos remetem, como veremos um pouco mais à frente, ao que Lacan chama de discurso universitário. Nesse momento, precisamos destacar que Lacan convoca os psicanalistas a responderem eticamente:

- 1) à segregação trazida à ordem do dia por uma subversão sem precedentes;
- 2) à exclusão interna da psicanálise ao campo da psiquiatria.

Vemos o quanto se faz necessário renovar essa convocação ética nos dias atuais, quase meio século após esse discurso, em tempos de debate sobre o DSM V, a medicalização da infância, a aposta na etiologia genética para o espectro autista, o rebaiamento da maioridade penal no Brasil, a resistência às famílias homoparentais na França, a crise econômica na Europa, etc. As respostas do psicanalista, como Lacan mesmo indica, devem incidir tanto na geografia (no *topos*, ou seja, no território,² ou seja, no plano político) quanto na família.

Ele adverte que há sempre algo de linguístico na própria construção do espaço: o espaço clama pela linguagem, o que não tem nada a ver com falar ou não falar. A criança psicótica aqui – e mais precisamente a criança que não fala – é tomada como paradigma: “Uma criança que tapa os ouvidos – para que? Para alguma coisa que está

1 Recomendo a leitura do livro de Assange (2013).

2 Faça aqui referência ao conceito de território do geógrafo brasileiro Milton Santos.

sendo falada – já não está no pós-verbal, visto que se protege do verbo”. No humano, não há espaço fora da linguagem, ainda que se possa estar, como no caso das psicoses, fora do discurso.

Aqui Lacan mata dois coelhos com uma mesma cajadada, ao criticar tanto a psiquiatria – que coloca a criança psicótica no *habitat* natural da genética –, quanto a psicanálise hegemônica na época – convertida, a um mero funcionalismo –, e que colocava a criança psicótica no *habitat* materno, suposto não menos “natural”, mas aqui no espaço ambiental. Reconheçam aí a boa e velha controvérsia falsa entre inatismo e ambientalismo, gêmeos duplos paridos pelo mesmo discurso.

Nesse ponto é fundamental lembrarmos a breve história da pedopsiquiatria, tão bem descrita por Bercherie. Podemos dizer que a criança entrou na história da psiquiatria pela via de deficiência mental (a *idiotia* de Esquirol) – que previa na melhor das hipóteses um viés educativo –; fez uma pequena passagem pela clínica, não sem a forte influência da psicanálise, e foi novamente renegada ao enfoque educacional a partir do DSM III em 1981. A partir do DSM IV, o “transtorno global de desenvolvimento” devolve o sofrimento infantil ao seu devido lugar nesse discurso: 1. Desordem; 2. Universal; 3. Desenvolvimento. A noção de psicoses na infância, título da jornada de 1967, simplesmente é suprimida do principal manual de psiquiatria.

Ora, a posição política sustentada por Lacan, de situar qual é o verdadeiro espaço do ser falante – e que esse não é natural, quer consideremos natural o aspecto genético ou ambiental –, coloca o gozo em seu devido lugar – ou, digamos, em outro discurso, o discurso analítico – e localiza o homem como o “ser-para-o-sexo” na medida em que falar implica na castração e no desejo (ibid., p. 363). Daí decorre a dupla crítica de Lacan, que me parece, igualmente às anteriormente citadas, de uma atualidade desconcertante. Veremos com calma cada uma delas.

A primeira e mais óbvia é a que se refere à ciência do capitalismo avançado, aliada à indústria farmacológica e, de modo mais amplo, ao comércio de forma em geral. Resumindo: o ser humano reduzido a objeto da ciência e a corpo biológico. Nesse adágio ao liberalismo, Lacan prevê como sintoma a indústria de comércio de órgãos que se desenvolveria, como de fato ocorreu.

Especificamente em relação à psiquiatria, poderíamos citar vários casos que testemunham a aliança entre a pseudociência e o mercado. Para nos atermos ao nosso tema de hoje, pensemos no caso específico da TDAH, o chamado Distúrbio de Déficit de Atenção, descrito por Eisenberg nos anos 1960. O aumento dramático do número de

casos no Brasil e no mundo, nos últimos anos, tem provocado um sério debate a respeito do uso ideológico da droga Metilfenidato, conhecida no Brasil como Ritalina, como uma verdadeira contenção química para o mau comportamento infantil na sociedade administrada e burocrática do século XXI.

E seria muito interessante que pudéssemos nos perguntar que relação essa verdadeira epidemia de déficit de atenção teria com o atual debate que vem ocorrendo no Brasil a respeito do rebaixamento da maioridade penal.

Poderíamos supor que, grosso modo, na época da infância generalizada – ou nos termos da historiadora brasileira Sandra Corazza, a partir do dispositivo de infanti- lidade que cria a categoria contemporânea de “adultos-infantis” – o filho do branco e rico é hiperativo e o filho do negro e pobre é bandido? Nesse caso, o tratamento seria: contenção química, no primeiro caso, e cadeia, no segundo?

Nesse contexto, não deixa de ser irônico que o retorno da infância generalizada no corpo social contemporâneo seja justamente o chamado “menor infrator” e a drogadi- ção, incluindo aí os psicofármacos.

Vocês poderiam me perguntar onde está a ironia, e eu respondo: A ironia está no fato de que o próprio discurso universitário que criou a criança no lugar de “ser huma- no ainda incompleto”, segregando-a posteriormente nas escolas e instituições afins, mas reservando-lhes, por outro lado, direitos próprios, agora quer tomar a criança em sua ocorrência demasiadamente humana, humana o suficiente para concentrá-la em campos – na melhor das hipóteses –, à espera da solução final. Lembremo-nos do livro *A Trégua* de Primo Levi, na incrível passagem em que comenta a presença de um menino sem fala e sem história no campo de concentração. Ali, naquele campo, tanto quanto nos atuais, a vida não é bela e não há pai suficiente que sustente essa ilusão.³ Afinal, é preciso apagar os rastros dos restos a qualquer custo. Ou será que no fundo a necessidade de anestesiá-lo e prender não deixa de ser um grosseiro reconhecimento de que há ali um sujeito?

Eis um ponto no qual precisaremos nos ater um pouco mais, pois remete ao con- ceito de segregação. Etimologicamente, o verbo segregar deriva do latim *segregare*, que significa separar, apartar, afastar, isolar. O substantivo correspondente *segregatio*, *onis*, deu em português *segregação*. Assim, se há na segregação um isolamento, um

3 Aqui faço uma referência irônica ao filme *A vida é bela*, de Benigni, no qual um pai tenta convencer seu filho de que o campo de concentração é uma espécie de gincana, para supostamente protegê-lo.

afastamento, há por outro lado um reconhecimento da diferença que pode, entretanto, ser tomado como justificativa para uma valorização negativa, para o abuso do poder e a dominação, e para a discriminação no pior sentido. Um exemplo óbvio desse fenômeno é a misoginia construída a partir da diferença entre homem e mulher, ou o racismo como produto da mínima diferença entre povos.

Na vertente da separação, entretanto, um discurso que segrega, como o discurso do mestre, possibilita, eventualmente, ao longo da história, um reconhecimento no plano dos direitos. Pode-se tomar como exemplo a chamada “política das diferenças” e seus avanços em relação aos direitos dos *gays*, dos índios, das mulheres e das crianças. Há aí um reconhecimento dos particulares que se agrupam em subconjuntos do universal humano, gerando, como dissemos antes, especialistas e direitos especiais.

Na conferência “Práticas do impossível e a teoria dos discursos”, apresentada na PUC-SP em maio de 2013, Bousseyroux fez uma distinção bastante interessante, a partir de Lacan, entre a segregação – alinhada por ele ao discurso do mestre – e a concentração – alinhada ao que chamou de discurso do mestre pervertido ou discurso universitário, o qual se relaciona com a burocracia. Ele nos lembra também que “Lacan considera que seja o discurso que assegura o poder dos totalitarismos”. Se, em 1967, Lacan, como vimos, falou a respeito da segregação trazida à ordem do dia, em 1969 – como nos informa Bousseyroux –, referindo-se às reformas universitárias recém-instituídas na França, ele afirma em um texto jamais publicado, enviado ao jornal *Le Monde*: “quanto ao setor psiquiátrico, o alinhamento desenha-se não menos do que nos novos centros ditos universitários, do fim para onde tende o sistema, se a ciência que vem ainda em ajuda, aí sucumbe: a saber, o campo de concentração generalizado”.

Assim, Bousseyroux afirma: “O que Lacan considera estar naturalmente do princípio do universo concentracionário é a recusa da segregação: nos campos, não mais se discrimina, junta-se, uniformiza-se, confunde-se, reduz-se à formas do humano disforme, aniquila-se as diferenças. E ele conclui: “os campos têm por princípio a produção industrializada de um puro concentrado de indiferença”. Novamente o exemplo da redução da maioria penal parece cair como uma luva nessa análise.

Por outro lado, se voltarmos ao caso das psicoses na infância, apontada por Lacan como paradigmática dessas questões e, mais especificamente, o tipo clínico do autista, parece-nos bastante lógico que o embate entre psiquiatria e psicanálise neste século esteja dando-se de modo mais notável, e inclusive em plano jurídico, exatamente em relação a esse *pathos* humano.

Os textos mais recentes que comentam a epidemiologia do autismo – embora ainda não haja estatísticas oficiais no Brasil – apontam para um aumento do número de diagnósticos de “transtorno do espectro autístico” nas últimas décadas. Alguns comentaristas chegam a se perguntar se estaria havendo uma epidemia da síndrome no planeta.

No blog “um olhar sobre o autista” da Escola Superior de Tecnologia em Saúde do Porto, encontramos as seguintes considerações:

O primeiro estudo epidemiológico sobre autismo foi realizado em 1966 na Inglaterra, por Lotter, que encontrou uma taxa de 4,1 para 10.000 crianças entre 8 e 10 anos. Desde então, dezenas de estudos epidemiológicos vêm sendo publicados, observando-se um considerável aumento nas taxas de prevalência com o passar dos tempos, deixando de ser um transtorno raro. Durante o período de 1966 a 1991, a taxa média para autismo infantil encontrada nos estudos era de 4,4/10.000. Posteriormente, a prevalência atingiu 12,7/10.000 nos estudos realizados até 2001, sendo que os índices mais atuais sugerem 10 para 10.000 indivíduos com autismo clássico e cerca de 30 a 60 para 10.000 para o espectro autista.

Algumas razões vêm sendo descritas na literatura para tentar explicar esse possível aumento na prevalência de autismo, sendo elas:

- 1) a ampliação do conceito do autismo, que passou a ser entendido como um espectro de condições;
- 2) maior conscientização de clínicos e da comunidade sobre as manifestações do autismo;
- 3) detecção mais eficiente dos casos sem deficiência mental e reconhecimento de que o autismo pode estar associado a outras condições;
- 4) melhoria nos serviços de atendimento a esta população, o que incentiva o diagnóstico;
- 5) aumento de estudos epidemiológicos com grandes populações, o que contribui para a detecção de novos casos;
- 6) mudanças na metodologia dos estudos (idade da amostra e critérios de diagnóstico);
- 7) possibilidade de um verdadeiro aumento do número de casos, associada a um provável aumento dos factores de risco (causas ambientais). (FOMBONNE, 2003; WILLIAMS, BRAYNE e HIGGINS, 2006)

Chama a atenção o fato de que, das sete possíveis causas pensadas para explicar o aumento epidemiológico do autismo, seis digam respeito ao próprio discurso da ciência e apenas um a possíveis fatores etiológicos.

Com efeito, a categoria clínica “autista” hiperboliza a série de paradoxos apresentada pelo binômio hipermoderno segregação/concentração. Se o autista se autoexclui, justamente por recusar a entrada no discurso do mestre enquanto discurso da estrutura, a neuropsiquiatria do capitalismo avançado o concentra no universo da genética

e tenta proibir-lhe a psicanálise, como ocorreu recentemente na França e também em algumas iniciativas da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, que gerou a criação de um movimento de resistência chamado *Movimento Psicanálise Autismo e Saúde Pública* que conta com diversos profissionais das mais variadas filiações institucionais no Brasil.

Por que o autismo estaria no centro desse debate?

No texto “Política e Ética da Psicanálise para o tratamento das psicoses: A subversão como resposta à segregação” que apresentamos na I *Jornada do Movimento Psicanálise Autismo e Saúde Pública* do qual estamos participando, defendemos que o que orienta a clínica psicanalítica é exatamente o impossível de universalizar; é tomar um a um em sua singularidade para que um sujeito possa advir. Lembramos então uma afirmação de Colette Soler “Penso que o *desejo da diferença absoluta* ao qual se devota o psicanalista, é suportado pela necessidade para os sujeitos um a um de se extraírem do lote para não desaparecerem no um entre outros, sempre anônimo” (SOLER, 1998, p 289).

Em seguida, levantamos a seguinte questão: “Será que não poderíamos pensar as relações entre exclusão X inclusão como sendo de ordem *suplementar*, incluindo aqui a categoria do impossível? Como poderemos, a cada vez, atualizar essas questões quando nos referimos às intervenções clínicas nos diferentes níveis em que elas se apresentam?”

E nossa resposta foi a seguinte:

Considerando tratar-se de uma relação suplementar, propomos que o tratamento da exclusão da diferença considere, sobretudo, a resposta singular que inventa versões que subsidiem espaços diferentes para o que é da ordem da exclusão. Temos então a possibilidade de abalar o binômio “exclusão X inclusão”, acrescentando o impossível (via o *suplementar*, em questão). Acrescentemos, ainda, um quarto termo, qual seja, o desejo do analista. O desejo do analista é a condição absoluta de manter toda relação de complementaridade em enigma. Ele cava um fosso em binômios tais como o de inclusão X exclusão.

A esses binômios eu acrescentaria agora o binômio segregação/concentração. A resposta do psicanalista, portanto, não está nem do lado da segregação nem do lado da concentração, na medida em que faz valer um discurso que sustenta a singularidade e a diferença absoluta.

Daí a importância de retomarmos a crítica que Lacan levanta em seu discurso de 1967 a uma certa psicanálise que não estaria isenta do ideal de autonomia, e da ideia de criança com adulto (ou sujeito) não desenvolvido que já comentamos anteriormente.

Ora, se por um lado Lacan não parece muito esperançoso com as promessas de fim da família enquanto célula opressora do indivíduo, assim como não adere integralmente às promessas libertárias da antipsiquiatria, isso não implica de modo algum em uma adesão aos ideais da família burguesa, como Mannoni comenta na entrevista que já comentamos no início.

Lembremos, inclusive, que na “Nota sobre a criança”, escrita para sua amiga Jeny Aubrie em outubro de 1969, Lacan comenta o fracasso das utopias comunitárias, mas lembra que o que da família interessa à psicanálise é tão somente o “irredutível de uma transmissão: a de um desejo que não seja anônimo” (LACAN, 1969, p. 369).

Lacan já tinha feito, como vimos, a crítica à suposta “harmonia instalada no habitat materno”. Ele insiste na crítica ao “mito que abarca a relação da criança com a mãe”, sobretudo no que se refere à “sobrecarregada referência ao corpo”. E lembra, numa referência a Winnicott, que “o importante é que a criança sirva ou não de objeto transicional para a mãe”. Se uma criança pode, eventualmente, saturar o lugar de objeto *a* na fantasia materna, como Lacan afirma na “Nota sobre a criança”, é imprescindível lembrar, contudo que “o objeto *a* não é o corpo da criança”, mas um operador lógico na constituição do sujeito humano. Assim, não se trata absolutamente de colocar a mãe mais ou menos quente ou gelada como geradora de filhos autistas, como alguns inimigos da psicanálise afirmam.

Se o autismo, como afirma Soler (1999), é uma “doença da libido”, isso significa que “vai muito além de uma perturbação das ditas relações de objeto. Isso é perfeitamente coerente com o fato de que a linguagem que causa o sujeito, opera também sobre o corpo, aí incorporando-se” (p. 228).

Em tempos de infância generalizada, portanto, não nos surpreende que as questões relativas à infância estejam na ordem do dia e, mas especificamente, as crianças autistas. Talvez fosse o caso de nos perguntarmos se não estaríamos todos concentrados em uma mesma “doença da libido”.

Referências

- ASSANGE, J. *Cyberpunks. Liberdade e o futuro da internet*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2013.
- A VIDA É BELA (filme). Dirigido e protagonizado por Roberto Benigni. Gênero comédia dramática. Itália, 1997.
- BOUSSEYROUX, M. “Práticas do impossível e a teoria dos discursos”. Conferência realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 26 de abril de 2013. Publicada neste mesmo volume da revista *A PESTE*.
- CORAZZA, S. *História da infância sem fim*. Ed. Unijuí, 2000.
- LACAN, J. (1967). Nota sobre a criança. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 369-370.
- _____(1969). Alocução sobre as psicoses da criança. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 359-368.
- LEVI, P. *A trégua*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- MANNONI, M. Entrevista com Maud Mannoni: testemunho. [1993-1994]. Entrevista concedida a Alain Didier-Weill, Emil Weiss e Florence Gravas. *Quartier Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.
- SOLER, C. “Autismo e Paranóia”. In: ALBERTI, S. (org.) *Autismo e Esquizofrenia na Clínica da Esquize*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p. 219-232.

Recebido em 15/10/2013; Aprovado em 5/12/2013.